

## A ABORDAGEM RELACIONAL-ESTRATÉGICA (SRA) E A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (BRASILEIRA) NOS GOVERNOS LULA (2003-2010)

*THE STRATEGIC-RELATIONAL APPROACH (SRA) AND THE ANALYSIS OF (BRAZILIAN) FOREIGN POLICY IN THE LULA GOVERNMENTS (2003-2010)*

Solange Pastana de Góes<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Estado de Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [solange.p.goes@gmail.com](mailto:solange.p.goes@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0036-2269>

Recebido em: 01/01/2020 | Aceito em: 27/04/2020.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

## RESUMO

O presente trabalho busca explorar a possibilidade de utilização da abordagem relacional-estratégica, *Stratetegic-Relational Approach* (SRA), desenvolvida pelo neomarxista inglês Bob Jessop, para análise das continuidades e discontinuidades nos projetos de inserção internacional do Brasil no governo Lula (2003-2010). Muitos analistas da política externa brasileira utilizam-se de perspectivas teóricas pertencentes à *Foreign Policy Analysis* (FPA) para abrir a caixa preta do Estado e debruçar-se, em particular, sobre o processo decisório no interior da burocracia estatal. Entretanto, pouco se discute sobre as origens espaço-temporais da relação entre elementos estruturais e estratégias seletivas inscritas nas decisões de política externa. Nesse sentido, entende-se que a compreensão da política externa brasileira, em toda a sua complexidade, deve ser feita por meio da análise do entrelaçamento entre as forças sociais e os contextos estratégicos, que modificam identidades e interesses.

**Palavras-chave:** FPA, Política Externa Brasileira, SRA.

## ABSTRACT

This work seeks to explore the possibility of using the Stratetegic-Relational Approach (SRA), developed by the English neo-Marxist Bob Jessop, to analyze the continuities and discontinuities in Brazil's international insertion projects under the Lula government (2003-2010). Many Brazilian foreign policy analysts use theoretical perspectives belonging to Foreign Policy Analysis (FPA) to open the black box of the State and address, in particular, the decision-making process within its bureaucracy. However, little is discussed about the 'spatio-temporal' horizon of the relationship between the strategic structure and the strategic selectivities inscribed in foreign policy decisions. Therefore, Brazilian foreign policy, in all its complexity, must be understood through the analysis of the intertwining between social forces and strategic contexts, which changes identities and interests.

**Keywords:** FPA, Brazilian Foreign Policy, SRA.



É importante transcender distinções acadêmicas de utilidade limitada, tais como aquelas entre relações internacionais e política comparada, entre teoria política e teoria empírica, entre sociologia e economia política.

Stephen Gill

## INTRODUÇÃO

As eleições de 2002 representaram um novo momento da história política do Brasil. A vitória do partido dos trabalhadores (PT), que governou o país entre 2003 e 2016, significou a vitória de uma agenda voltada para demandas de diminuição das desigualdades sociais cada vez mais insustentáveis. Ao assumir a presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva se propôs a implementar um programa de governo que alterasse os rumos do desenvolvimento nacional e a política externa seria um dos instrumentos de mudança. A proposta de política externa do governo Lula, comandada pelo Chanceler Celso Amorim, modificava os princípios que nortearam a inserção internacional de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. O projeto de política externa de FHC, eleito em 1994 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), havia sido construído a partir de uma leitura liberal acerca das mudanças no contexto internacional fruto do fim da Guerra Fria e do processo de globalização.

A saída do PSDB da presidência em 2003 foi favorecida pela mudança de variáveis importantes tais como: a fortificação do PT na cena política nacional, a mudança na configuração da elite econômica e a mudança nos contextos internacional e regional com o protagonismo assumido por países emergentes, em particular a China, na cena política e econômica internacional e a onda Rosa na América Latina. Para conseguir implementar a mudança de rumos na política externa brasileira o governo promoveu o distanciamento da política neoliberal do PSDB, que buscava a inserção internacional do Brasil por meio da aceitação da ordem internacional que se impunha com o fim da Guerra Fria.

Diferenças entre as promessas retóricas de mudança e as implementações concretas são consideradas um contexto ideal para o estudo do processo de mudança na política externa brasileira. Mudanças são fruto de múltiplos fatores que tornam o seu



entendimento complexo. Uma das formas de se abordar a complexidade é a análise da relação entre o agente e a estrutura na formulação e implementação da política externa, pois não há como se explicar a mudança ou continuidade nos projetos de inserção internacional do país exclusivamente pela análise de elementos estruturais ou pelo poder de agência dos atores políticos e sociais isoladamente. Há de se considerar a interação entre eles, assim como compreender o efeito do elemento ideacional dos agentes sobre o processo decisório de política externa. Ou seja, há uma necessidade latente de se entender a política externa brasileira em sua complexidade que envolve a compreensão da interação de elementos ideacionais, agenciais e estruturais, estabelecida no tempo e no espaço.

O debate agentes/estrutura (atores e sistema) foi introduzido no campo de estudo das Relações Internacionais por autores construtivistas<sup>2</sup>. Os teóricos construtivistas acreditam na ideia de que agentes e estrutura são co-constitutivos. Ou seja, um não antecede o outro nem no tempo, nem na capacidade de influenciar e limitar o outro, mas são construídos mutuamente a partir de sua interação. Entretanto, o entrelaçamento ontológico no debate agente estrutura presente nos construtivismos, em particular na Teoria da estruturação desenvolvida por Anthony Giddens (1979) e introduzida nas Teorias das Relações Internacionais por Wendt (1992 e 1999), faz com o que elementos de causalidade de uma determinada política tenham seu valor analítico reduzido, revelando-se assim a necessidade de se propor uma resposta alternativa ao problema agente-estrutura.

Contribuem para o debate autores marxistas contemporâneos como Bob Jessop (2008) que propõe uma abordagem relacional-estratégica, *Strategical-Relational Approach* (SRA) para tratar da relação agente-estrutura. Essa abordagem, entretanto, ao contrário dos construtivismos, enfatiza a relação entre a dimensão estrutural do modo de produção capitalista e a luta de classes, definidora das estratégias de acumulação e, portanto, da natureza do sistema capitalista. Segundo Jessop, as

---

<sup>2</sup> É importante notar quando nos referimos a uma “abordagem construtivista” das Relações Internacionais temos que ter em mente que esta expressão engloba várias visões diferentes, seja em enfoque, seja metodologicamente. O construtivismo é considerado amplo e não uniforme por possuir diferentes vertentes de pensamento que são limitadas e divergentes. Zehfuss (2001) destaca o fato de que ao se considerar o construtivismo um conceito homogêneo, é omitida a variedade de enfoques que cabem nele.



estruturas são importantes, mas uma análise social necessita perceber como os agentes se relacionam com as estruturas e formulam estratégias para o seu funcionamento e também para a sua transformação. Ou seja, as relações sociais são estruturadas por meio de estratégias seletivas de reprodução do capital feitas no plano da agência. A estrutura do Estado não pode, portanto, de acordo com Jessop, ser entendidas apenas por sua função de auxiliar a reprodução do capital “...há duas determinações mais gerais: as bases sociais de apoio e oposição ao Estado e a natureza do ‘projeto hegemônico’(se existente) ao redor do qual o exercício de poder estatal está centrado (Jessop, 2007, p.119).”

Este trabalho pretende apresentar a possibilidade de utilização a abordagem relacional- estratégica para análise das condições gerais que contribuíram para a mudança na política externa nos governos Lula (2003-2010). Acredita-se que a utilização do modelo oferece uma análise das estratégias estabelecidas e dos diferentes resultados do processo de implementação de uma nova política externa foram possíveis. Para tanto, inicialmente, serão apresentadas algumas teorias de *Foreign Policy Analysis* (FPA) na tentativa de entender um possível lugar para a SRA na FPA. Em seguida, propõe-se introduzir alguns princípios básicos da abordagem relacional-estratégica, *Strategic-Relational Approach* (SRA) de Bob Jessop. Por fim, serão apresentados alguns estudos sobre a política externa do Governo Lula, apontando, preliminarmente, como a SRA pode ser uma abordagem capaz de agregar às análises existentes.

## BRECHAS E CONTRIBUIÇÃO DAS TEORIAS DE POLÍTICA EXTERNA: O LUGAR DA ABORDAGEM RELACIONAL-ESTRATÉGICA

Compreender o comportamento internacional dos Estados, associado à análise de suas políticas externas, é um dos objetivos do campo de estudo das Relações Internacionais. Apesar de Kenneth Waltz (1996) ter afirmado que política internacional não é política externa, a maioria dos pesquisadores contemporâneos das relações internacionais endossam a ideia de que as políticas externas dos Estados impactam na configuração das relações internacionais. Christopher Hill define política externa como “the sum of official external relations conducted by an independent actor (usually a



state) in international relations (2003, p.3).” Nessa mesma linha a Letícia Pinheiro afirma que a política externa pode ser definida como “o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos... (Pinheiro, 2004, p.7)”.

Assim como em outros campos das ciências sociais, os pesquisadores da disciplina de Relações Internacionais utilizam-se de teorias ou, ao menos, de algum instrumental teórico para analisar o comportamento internacional dos Estados. Essas teorias encontram-se, muitas vezes, em diferentes níveis de análises e partem de pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos distintos. Tradicionalmente diferencia-se a análise da política externa entre ‘Aussenpolitik’ e ‘Innenpolitik’ enfatizando a primazia da influência internacional ou doméstica, respectivamente, nas ações dos Estados.

Nas relações internacionais, ao longo de muitas décadas, as explicações da interação entre os Estados no sistema internacional concentravam-se, quase exclusivamente, na ‘Aussenpolitik’, ou seja, nas análises realistas e racionalistas que privilegiam fatores estruturais ou conjunturais, marginalizando o poder de agência dos indivíduos ou o papel da política nacional e da estrutura burocrática interna no comportamento internacional dos Estados. Ao considerar a primazia dos fatores internacionais na definição da política externa das correntes realista e estruturalistas considera o Estado como um ator central na definição da política externa, no entanto, passivo em relação aos constrangimentos estruturais do sistema internacional. Ademais, entendem que ao reagir as pressões do sistema internacional os Estados agem de forma racional com o objetivo de atingir o interesse nacional.

Essa posição, em especial dos neo-realistas como Kenneth Waltz, provocou a perpetuação de análises de política externa que negligenciam elementos internos aos Estados, assim como a capacidade de influência dos agentes no processo decisório de política externa. O elemento estrutural tornou-se tão predominante no campo de estudo das Relações Internacionais que mesmo quando surgiram as primeiras contestações significativas ao modelo realista com os neo-liberais na década de 1970 e, posteriormente, os construtivistas, no início dos anos 1990, essas ainda davam peso significativo aos fatores estruturais. Segundo Valerie Hudson, os teóricos das Relações



Internacionais recorrentemente “provide much more insight into structure than agency (Hudson, 2005, p.9 apud eun, 2012, p.764-766)”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a análise de política externa, surgida no final da década de 1950, acabou se configurando como um campo de pesquisa independente dentro da disciplina de Relações Internacionais, denominado APE, cuja cerne estava na investigação da tomada de decisões, ou seja, na análise dos processos e condições que afetam a política externa, assim como na sua implementação. Ao adotar o processo de tomada de decisão como objeto de análise, os autores da APE preocupam-se não somente em explicar o envolvimento do Estado no sistema internacional, mas também os elementos subnacionais que influenciam a decisão de política externa, ou seja, concentram-se na ‘Innenpolitik’. Nesse sentido, em geral, focam mais no processo do que nos resultados. Acreditam que uma análise dos atores, suas motivações, a estrutura decisória e o contexto no qual a política externa é formulada, contribui analiticamente para o entendimento das relações internacionais (Alden; Aran, 2012).

As análises que priorizam os determinantes domésticos na preferência dos Estados na definição da política externa são, em geral, associadas a correntes liberais (Moravcsik, 1993; Goldstein; Keohane, 1993), pois partem do pressuposto da racionalidade individual. Mesmo os que questionam a racionalidade, ao priorizarem o individualismo metodológico, subestimam a influência da cultura da estrutura social e do sistema internacional. Há os que dão centralidade ao comportamento individual ou coletivos, apresentando elementos psicológicos e cognitivos dos decisores (Hudson; Vore, 1995), assim como questionando a sua racionalidade (Jervis, 1976). Por outro, há ainda os que privilegiam as organizações e burocracias e unidades decisórias (Allison, 2012 [1969]) e os que analisam o sistema político e as instituições domésticas a partir da retórica de que Estados democráticos agem de forma beligerante, e regimes autoritários evitam a guerra (Doyle, 1983; Dahl, 1973) ou por meio do debate acerca da relação entre regimes políticos, formas de governo, coalizões governamentais e política externa, (Kaarbo, 2016).

Apesar de terem contribuído para a explicação do comportamento dos Estados e de outros atores nas relações internacionais, essas abordagens ignoram que os



elementos causais de uma política externa são complexos e dependem de diversas variáveis presentes nos diferentes níveis de análise. A rejeição da predominância de um único fator ou nível de análise encorajou o surgimento de modelos que buscam compreender a política externa em sua dualidade. Esse tipo de explicação para a política externa considera, por um lado, influências exercidas por fatores domésticos e por outro os determinantes do contexto internacional. A reflexão sobre os conceitos de doméstico e internacional no campo de estudo da análise de política externa foi fortemente influenciado pelo trabalho de James Rosenau (1979). O autor propôs uma representação dual da política externa ao introduzir a metáfora da ponte, enfatizando a presença de influências mútuas entre os ambientes interno e externo e distinguindo um espaço de formulação da política externa no nível interno e outro da ação da política externa no nível transnacional.

Robert Putnam (1988), por sua vez, desenvolveu um modelo do jogo em dois níveis, similar ao modelo de Rosenau. O trabalho de Putnam considera a formulação da política externa em um ambiente democrático no qual negociações acontecem simultaneamente nos níveis interno e externo. Embora esses dois ambientes sejam ontológica e analiticamente distintos, eles fazem parte do mesmo jogo. A parcimônia e o pragmatismo desse modelo derivam da necessidade da teoria dos jogos em equilibrar elementos distintos dentro de um processo de negociação.

Até mesmo o realismo, na sua corrente denominada neoclássica, pretende-se uma teoria capaz de, a partir de preceitos realista do poder, explicar a conexão entre o interno e o internacional. Esta corrente, assim como os realista, entende que o escopo e a ambição contidos da política externa de um Estado são definidos pelo seu posicionamento no sistema internacional, mais especificamente pela sua capacidade material relativa. Entretanto, o realismo neoclássico afirma-se como uma nova corrente ao apontar para os impactos indiretos e complexos das capacidades na política externa. Isso porque as pressões sistêmicas devem ser traduzidas por meio das variáveis intervenientes no nível da unidade. Ademais, as escolhas acerca da política externa são feitas pelos líderes e elites políticas e, por isso, são as percepções desses atores acerca do poder relativo do Estado no sistema internacional que importam (Rose, 1998).





Embora esses trabalhos tenham avançado no desenvolvimento epistemológico da análise de política externa e alavancado estudos que focam na influência de diferentes esferas na formulação e implementação da política externa não conseguem explicar como as esferas internacional e doméstica estão concretamente inter-relacionadas, uma influenciando a outra. Rosenau não investiga como o resultado da interação entre o interno e o externo estão determinados, em cada caso estudado, pelos diferentes espaços, tempos e ideologias. Putnam, por sua vez, não distingue como diferentes constrangimentos se associam produzindo uma relação causal entre eles e a formulação da política externa. Aponta para diferentes elementos que influenciam a política externa nas esferas interna e externa, mas omite a explicação de como esses elementos se relacionam entre si e são modificados, separando ontologicamente esses elementos, mantendo a dualidade entre eles. O realismo neoclássico considera prioritariamente a predominância do sistema internacional e, em segundo plano, o papel desempenhado por elementos domésticos e agenciais e, ao buscarem um equilíbrio racional entre a influência de elementos domésticos e internacionais acabam, por omitir a dialética, deixando de explorar como as estratégias condicionam a relação agente-estrutura.

Esses modelos duais vão além da consideração de um único fator preponderante na definição da política externa, considerando os filtros impostos pelo internacional em elementos domésticos. Entretanto, a causalidade estabelecida por eles não explica a dinâmica mútua da relação dos diferentes fatores constitutivos da política externa, nem tampouco explana como a influência de diferentes fatores é produzida e reproduzida ao longo do tempo. Ou seja, as análises de política externa, mesmo as que trabalham em dois níveis, o interno e o externo, e exploram a presença da agência nas diferentes dimensões, não explicam como ou porque os agentes operam em relação ao contexto.

Os construtivismos abraçaram esse debate considerando a interação entre elementos materiais presentes nos níveis internacional e domésticos, regras sociais e discursivas (Kubalkova, 2015). No entanto, embora muito importantes para a atualização do debate sobre processo decisório em política externa, essas correntes parecem subestimar o fato de o contexto não ser exclusivamente influenciado por



normas ou discursos sociais, assim como pelos agentes formuladores, mas sim pelas modificações agenciais e conjunturais no tempo e no espaço. Ou seja, não levam em consideração a ideia de que os atores agem de forma muitas vezes estratégica dentro da estrutura institucional e sistêmica, influenciando e sendo influenciado. A ideia de a realidade ser uma construção social leva em consideração a influência mútua entre atores e contexto, mas não demonstra quais elementos estratégicos, ou como a evolução desses elementos acarreta mudança ou continuidade na política externa.

Para ir além das abordagens monocausais ou duais, Elisabetta Brighi (2013, p.26), ao tratar da relação entre política externa, política doméstica e relações internacionais da Itália propõe a incorporação de abordagens dialéticas, pois essas rejeitam a lógica das clivagens positivistas vs. ‘interpretativistas’, assim como a noção de que a política externa pode ser reduzida aos constrangimentos externos ou às preferências internas. Ou seja, diferem-se das teorias monocausais pois analisam como as variáveis domésticas e internacionais participam na articulação da política externa. Também se distanciam das análises ‘dualistas’ pois rejeitam a simples adição ad hoc de níveis de análises e variáveis, em favor da análise das ações e das mudanças, fruto da relação agente estrutura ao longo do tempo (Brighi, 2013)

Há dois tipos de abordagens dialéticas que podem ser usadas na análise da política externa, segundo Bridge (2013), a ‘abordagem morfogenética’ e a abordagem relacional- estratégica. A abordagem ligada a morfogênese deriva do realismo científico ou realismo crítico de Roy Bahaskar e desenvolvida pela socióloga Margaret Archer. De acordo com esse modelo, agentes e estruturas são fenômenos ontologicamente separados e o que define a ação é a interação entre eles e seu desenvolvimento ao longo do tempo. Entretanto, a existência da estrutura é fundamental para ação individual, ou seja, o agente precisa da estrutura, mas essas não necessariamente pertencem ao mesmo domínio temporal. Por outro lado, apesar de a agência não participar do processo de criação da estrutura pode reproduzi-la (‘morfoestase’) ou transforma-la (‘morfogenesis’) (Archer, 1995; Bridge, 2013). Apesar de afastar-se da teoria estruturalista de Anthony Giddens (1979), o modelo da ‘morfogenetica’, “there seems to be a certain bias in favor of the structural elements in this conceptualisation



(Bridge, 2013, p.35)”. Quanto mais insiste na separação ontológica entre agente e estrutura, mais se aproxima dos modelos duais e se afasta nas construções dialéticas.

Já, a abordagem relacional-estratégica é um contraponto à contribuição de Archer. Esse modelo é considerado por Bridge (2013) o mais apropriado para analisar a política externa, dedica-se ao estudo do Estado como fruto da dialética entre atores e contexto, mediado por estratégias e pelo papel das ideias. As estruturas são importantes, mas uma análise social necessita perceber como os agentes se relacionam com as estruturas e formulam estratégias para o seu funcionamento e também para a sua transformação. Ou seja, as relações sociais são estruturadas por meio de estratégias seletivas de reprodução do capital feitas no plano da agência. A estrutura do Estado não pode, portanto, de acordo com Jessop, ser entendidas apenas por sua função de auxiliar a reprodução do capital “...há duas determinações mais gerais: as bases sociais de apoio e oposição ao Estado e a natureza do ‘projeto hegemônico’(se existente) ao redor do qual o exercício de poder estatal está centrado (Jessop, 2008, p.119)”. Os agentes operam estrategicamente e seletivamente a partir da estrutura na qual estão inseridos e das ideias construídas historicamente. Na mesma direção Hay (2002, p. 127 *apud* Bridge, 2013, p. 36, *minha tradução*) afirma,

Nem agentes nem estruturas são reais, já que nenhuma tem uma existência isolada em relação a outra- suas existências são relacionais (estrutura e agência são constituídas mutuamente) e dialética (sua interação não é redutível à soma de fatores estruturas e agenciais tratados separadamente.

Sendo assim, a abordagem relacional-estratégica busca ir além dos modelos monocausais e duais. A SRA parte da premissa de que estruturas e agentes são mutuamente constituídos, ou seja, ontologicamente inseparáveis e sua interação não pode ser reduzida do ponto de vista analítico entre elementos estruturais e agenciais. Entende-se que o agente e a estrutura são indissociáveis na análise e na prática e para explorar suas relações complexas é preciso considerar os elementos estratégicos e ideacionais, assim como o aspecto espaço- temporal (Jessop, 2005; Hay, 2001).

Ademais, o modelo estratégico-relacional proposto por Bob Jessop pode ajudar no enfrentamento do duplo desafio presente na análise da política externa: a) construção de uma concepção de Estado que ajude na compreensão da formulação e implementação da política externa e b) superação da dualidade característica dos



construtivismos já que o modelo relacional examina a estrutura em relação à ação, a ação em relação à estrutura sem separá-las. As estruturas são tratadas analiticamente em suas formas, conteúdos e operacionalização, como sendo compostas por estratégias seletivas. As ações são também tratadas como estruturalmente constrangidas, mais ou menos sensíveis ao contexto, e estruturantes (Jessop, 2005 e 2008).

### ABORDAGEM ESTRATÉGICA-RELACIONAL DE BOB JESSOP

Os conceitos relacionados à abordagem relacional-estratégica (SRA) desenvolvida por Bob Jessop no intuito de aprofundar o entendimento “não coisificado” do Estado, inspiram-se nos escritos de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas.

Antônio Gramsci já havia indicado para a importância de se entender o “Estado” para além do aparelho do governo, mas também como aparelho “privado” de hegemonia. Segundo o autor, o Estado busca se legitimar por meio da conquista de parte dos interesses das classes que formam a sociedade civil e que são compostas por elementos institucionais e culturais. Forma-se, assim, uma superestrutura cujo papel principal é garantir a ideologia da estrutura, da classe dirigente, através da coesão que conforma os conflitos existentes contra os aparelhos do estado. Gramsci identificou o “Estado ampliado” como uma formação que abrange tanto o aparato estatal no sentido estrito, quanto as diversas organizações da sociedade civil. Além disso, aponta Jessop (2008, p. 117), “Gramsci’s analysis of strategy was objectively as well as metaphorically sensitive to temporality and spaciality”.

Nicos Poulantzas, a partir dos escritos de Marx e de Gramsci, argumenta que o Estado deve ser estudado como uma relação social. Isso implica que o Estado não é um instrumento passivo ou um ator neutro. Como o capital para Marx, “it is ...a relationship of forces, or more precisely the material condensation of such a relationship among classes and class fractions, such as this is expressed within the State in a necessarily specific form” (Poulantzas, 1978, pp. 128-9 *apud* Jessop, 2016, p.54). Ou seja, Poulantzas entende o Estado e o modo de produção capitalista como sendo fruto da luta de classes constituída por formações sociais. Os conceitos de formação social e classe social são necessários para entender a teoria do Estado capitalista. O Estado é fator de coesão de uma formação social, seu funcionamento e sua reprodução. Nele



estão inseridas as contradições da formação social, que é o antagonismo das classes sociais. O Estado, em última instância, impede que se aniquilem as classes sociais, o que significa dizer que impede a destruição da uma formação social (Poulantzas, *apud* Hernandez e Bugiato, 2011, p.38).

Nesse sentido, o Estado capitalista “representa não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus interesses políticos: ele é o centro do poder das classes dominantes (burguesia) na medida em que é fator de organização da sua luta política (Poulantzas, 1977, p. 186 *apud* Hernandez e Bugiato, 2010, p. 40).” A burguesia utiliza-se do poder político para manter a divisão de classe na sociedade, na qual ela é a classe dominante. Entretanto, dentro da classe dominante burguesa há clivagens referentes aos setores econômicos e à concentração do capital. Essas clivagens diante das políticas econômicas do Estado podem ser fracionadas e essas frações burguesas ao se relacionarem podem formar o Poulantzas chama de bloco no poder (Hernandez; Bugiato, 2010).

O trabalho de Jessop enquadra-se dentro do resgate do Marxismo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Desde o final da década de 1970, o marxismo enfrenta inúmeros desafios impostos pelo surgimento de diversas correntes teóricas críticas e divergentes às ideias marxistas. Por um lado, percebe-se um aumento de estudos que se concentram no entendimento das relações sociais a partir de análises que não tem no Estado como sua preocupação central, mas sim temáticas tais como ecologia, gênero, entre outras, e as políticas públicas direcionadas a elas. Há ainda uma concentração nas análises dos agentes dentro da sociedade civil, terceiro setor, movimentos sociais etc.

Apesar desses desafios para o marxismo, segundo Jessop, o estudo do Estado capitalista deve permanecer central e ser analisado a partir de uma teoria geral do que ele chama de ‘societalização’, (societatization). O termo refere-se à sociedade, mas não a privilegia como unidade de análise. O que está em jogo é a sua relação com o Estado. Sua análise parte do estudo do Estado capitalista e da relação entre capital e trabalho, mas essa relação não é explorada como um critério universal (Jessop, 1990). O importante, que o distingue de certa forma de Poulantzas, é a rejeição da



instrumentalização do Estado. Ao invés de tentar encontrar uma definição positivista, Jessop introduz conceitos como ‘state effects’, resultado de ‘state projects’. O argumento básico é o de que o Estado ‘is a set of institutions that cannot, qua structural ensemble, exercise power (Jessop, 1990, p.116)’. Isso significa que é essencial considerar a complexidade do processo de inter-relação entre as instituições do Estado e entre essas e instituições não estatais, pois é esse processo que reproduz a acumulação de capital e a dominação política.

Mas como a unidade substantiva contida no aparato do Estado é sustentada? À ideia de ‘projeto hegemônico’, de Poulantzas, Jessop acrescenta o conceito de ‘state projects’. Esses conceitos levam em consideração duas funções do Estado: a mais estrita de segurança da unidade do aparato do Estado e a mais geral de manutenção da coesão social. O termo ‘hegemonic power’ implica nas tentativas de assegurar aceitação em torno da dominação de forma geral e o ‘state project’ refere-se às tentativas de se atingir e assegurar uma certa unidade do aparato estatal. Desse modo, o projeto estatal indica que o Estado não pode ser tratado como um ator unitário, mas como “the emergente, unintended and complex resultant of what rival ‘states within the state’ have done and are doing on a complex strategic terrain” (Jessop, 1990, p.9). Nesse sentido, é pelo projeto de Estado que se percebem os esforços estratégicos para que suas concepções e interesses prevaleçam. Entretanto, cabe salientar que nem todos os esforços estratégicos são vencedores, pois existe o que Jessop chama de ‘strategic selectivity’, ou seja, cada formação do Estado favorece algumas estratégias em detrimento de outras.

As relações estratégicas estabelecidas dentro do Estado enfatizam não o entendimento do que significa o Estado, mas sim a compreensão do significado e constituição do poder do Estado, que são fruto das relações sociais<sup>3</sup>. Desse modo, Bob Jessop também defende que não se pode “coisificar” o Estado. Entende que o Estado é essencialmente formado por relações sociais estabelecidas a partir de relações de

<sup>3</sup> Segundo Jessop, a ideia de que o Estado é uma relação social parece bastante enigmática. Por isso, para um melhor entendimento do que significa essa ideia é importante analisarmos o Estado em relação a seis aspectos: 1) O exercício do poder do Estado 2) institucionalmente e discursivamente condensado como mediador 3) das mudanças na balança de forças 4) que tem como objetivo influenciar as formas, propósitos, e o conteúdo de políticas (polity, politics and policy) 5) em determinadas conjunturas, marcadas por uma mistura variada de oportunidades e constrangimentos 6) ligados por um ambiente natural e social extenso (Jessop, 2016, p. 53).



poder entre as diferentes classes. Ou seja, o autor está interessado na maneira pelas quais a economia, a estrutura política e a operação são coordenadas estrategicamente pelo bloco no poder

A poder das classes sociais forma o que Jessop (2016) chama de ‘poder do estado’ e define as mudanças ou continuidade no balanceamento nas relações sociais estabelecidas fora do Estado, assim como dentro e entre as diferentes partes do Estado. Isso porque “states exist at many sites and scales and undertake different (sets of) tasks in each context” é, assim, “polymorphous e polycontextual” (p.44). Ou seja, para além da ideia de que o Estado se divide em classes, Poulantzas aponta para o fato de que privilégios são concedidos de maneira parcial, tendenciosa, dentro do Estado, a determinados agentes e interesses em detrimento de outros. Mas esses privilégios são atualizados, dependendo do balanço de forças e de suas estratégias e táticas, ou seja, privilégios são concedidos em algum momento aos que tinham sido deixados de lado. Os conflitos e contradições sociais são reproduzidos dentro do Estado, embora refletindo sua forma de operação e organização.

Baseando-se nessa concepção, Jessop elabora o que chama de *strategic-relational approach* (SRA), ou abordagem relacional-estratégica, focalizando tanto o campo de estudos sobre o Estado, quanto adentrando nos estudos da relação agente-estrutura. A abordagem pretende ser um instrumento analítico para estudar mudança de forma, funções e impactos do Estado. Pretende não só identificar o aparato estatal, mas o exercício e efeitos do poder do Estado como uma expressão contingencial da mudança na balança de forças, por forças que buscam lugar para seus interesses dentro, através e contra o sistema do Estado.

The changing balance of forces is mediated institutionally, discursively, and through governmental technologies. It is conditioned by the specific institutional structures and procedures of the state apparatus as embedded in the wider political system and envioning societal relations. The effectiveness of the state capacities depends in turn on links to forces that operate beyond the state’s formal boundaries and act as force multipliers or, conversely, divert, subvert, or block its interventions (Jessop, 2016, p.54).

Existe um ‘efeito do estado’, state effect, que é gerado pela interação entre a seleção de estratégias inscritas na estrutura e as forças concorrenciais com estratégias diferentes. Os diferentes constrangimentos e oportunidades variam de acordo com o



agente. O poder de agência, por sua vez, depende da capacidade estratégica que varia de acordo com a estrutura e os atores envolvidos.

Nesse sentido, diferencia-se de modelos que veem a estrutura como sendo igualmente constrangedora para todos os agentes. O SRA tem inspiração nas concepções de Estado que entendem que as ideais devem ser integradas, em um processo dialético, às dimensões materiais das relações sociais. Outra contribuição da SRA é relativa à mudança. A SRA considera que as mudanças são fruto da interação entre diferentes fatores que pode ser influenciado, mas não necessariamente gerado, por choques externos (Jessop, 2016).

Desse modo, a abordagem relacional-estratégica apresenta conceitos que são úteis para a compreensão das continuidades e discontinuidades na política externa brasileira. Além disso, o modelo investiga a complexidade da política externa no presente a partir da investigação da relação histórica entre elementos considerados singulares. Leva em conta, ainda, a relação de mão dupla estabelecida entre os agentes e o contexto, mediado pelo paradigma político que contém ideias específicas que também se relacionam. Há, assim, uma dupla interação entre as ideias que estabelecem o paradigma político e que mediam a relação entre a estrutura e os agentes. A complexidade das mudanças em política externa só pode ser entendida a partir dessa mútua e constante relação.

## AS ANÁLISES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO GOVERNO LULA

A política externa do governo Lula foi, e continua sendo, fruto de análise de diversos acadêmicos e intelectuais envolvidos com as relações internacionais do Brasil. A vitória do candidato do partido dos trabalhadores criou diversas expectativas em torno da mudança no discurso e na prática da formulação e execução da política externa brasileira, pois a vitória do PT significou a ascensão de um grupo político crítico às proposições neoliberais formuladas no governo FHC (Mapa, 2010).

A escolha da análise da política externa brasileira do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi feita justamente pelo desafio de se traçar, se é que isso é possível, uma linha divisória entre a política externa estabelecida entre 2003-2010 e aquela que havia sido implementada no governo Fernando Henrique Cardoso entre 1995-2002, já que não





houve mudança de regime político que pudesse justificar alteração paradigmática na política externa (Lima, 1994), assim como, não se modificaram as bases constitucionais e a institucionalidade do Ministério das Relações Exteriores na condução da política externa brasileira.

Entre os acadêmicos e intelectuais o debate acerca da política externa dos governos do PT, em particular do governo Lula é bem extenso. As interpretações são diferenciadas em relação à forma e ao conteúdo. Alguns entendem de forma positiva o projeto de inserção internacional proposto por Lula, capaz de promover um reposicionamento do Brasil na esfera global, respaldado pelo projeto autônomo de país proposto (Cervo, 2008; Lima, Hirst e Pinheiro, 2010; Vizontini, 2005). Outros mostram-se bastantes céticos e, até mesmo, críticos, em relação aos benefícios possíveis para o país da aproximação com os países do sul (Almeida, 2007) A comparação com o governo FHC acaba sendo para muitos inevitável (Vigevani e Cepaluni, 2011; Lima, 2013; Berringer, 2015; Vizontini, 2005).

A utilização de modelos e teorias para analisar a mudança ou continuidade da política externa do governo Lula também não é a mesma entre os acadêmicos. Pode-se dizer, entretanto, que na maioria dos casos os trabalhos sobre a política externa dos governos Lula partem de referências teóricas da APE, propondo algumas adaptações e junção de abordagens. Na maioria das vezes, priorizam a 'Innenpolitik' (Diniz, 2012), mas, em muitos casos, há a incorporação de modelos que congregam variáveis ligadas aos diferentes níveis de análise, incluindo a individual, para explicar o comportamento internacional do Brasil, atribuindo peso de cada nível de análise e suas variáveis no processo decisório e na continuidade e descontinuidade da política externa brasileira (Cepaluni e Vigevani, 2011; Cason e Power, 2009).

Percebe-se que devido a cada vez maior sobreposição do interno e do externo, o ambiente doméstico passa a ser objeto de um maior número de trabalhos de acadêmicos envolvidos com o estudo da política externa brasileira. Em geral, ao abrir a caixa preta do Estado brasileiro esses autores buscam explicar sua composição e o processo de formulação de políticas. É comum a busca pela identificação da análise da política externa como política pública (Milani e Pinheiro, 2013). Há aqueles que tentam



explicar, de forma mais geral, o impacto do processo institucional burocrático na formulação e implementação da política externa brasileira (Figueira, 2009) e outros que, por meio da incorporação das correntes neoinstitucionalista e de elementos ideacionais na formação das preferências no governo Lula e seus impactos sobre a política externa em setores específicos, apontam as ideias como elemento formativo das instituições que, por sua vez, influenciam as decisões dos líderes políticos (Ardissone, 2014). Há ainda os que explicam a alteração na política externa do governo Lula a partir das escolhas políticas dos governos e dos interesses político-econômicos do conjunto das forças sociais e coalizões políticas que lhes dão sustentação (Lima, 2018; Nery, 2015).

São raros, entretanto, os trabalhos de acadêmicos brasileiros que buscam na matriz marxista e no realismo crítico elementos analíticos para a análise da política externa. Em geral, a incorporação do marxismo nas relações se dá via análise da inserção internacional do Brasil pela chave da teoria do sistema mundo, da teoria da dependência ou pela incorporação do conceito de hegemonia e revolução passiva de autores neogramscinianos como Robert Cox (Mapa, 2010). Em ambos os casos as análises recaem sobre a configuração do sistema capitalista mundial e seu impacto no posicionamento dos Estados diante de uma estrutura hegemônica, baseada na divisão internacional do trabalho entre centro e periferia, geradora da dependência estrutural.

Jessop (2007) aponta para a luta de classes como definidora da natureza e da dinâmica do capitalismo e, portanto, das estratégias de acumulação. Entretanto, segundo o autor, a estrutura do sistema capitalista não define o modelo econômico aplicado na prática. Para que ocorra a acumulação de capital é necessário a coordenação de diversas variáveis em um determinado tempo histórico e na configuração da luta de classes a ele relacionada. Nesse sentido, apesar de as estruturas serem importantes, na prática as formas de reprodução do capital são várias e definidas não pela estrutura, mas no plano da agência e, portanto, é preciso compreender como os agentes se relacionam com a estrutura.

Desse modo, em que pese a enorme importância das análises da estrutura do sistema capitalista mundial para compreensão do funcionamento e condicionamentos



da participação do Brasil nas relações internacionais, propõe-se nesta tese a incorporação do debate marxista sobre o Estado em seu elemento relacional, assim como a inclusão do debate agente-estrutura a partir do realismo crítico e localizado espaço e temporalmente. Isso significa que, apesar de ser de fundamental importância o questionamento da dinâmica de funcionamento do sistema internacional, é imprescindível compreender que o estudo da política externa não pode eliminar o Estado como objeto de análise. Isto porque, o poder do Estado, ou do aparelho governamental, é exercido por agentes/atores políticos e econômicos definidores das estruturas seletivas, essas, por sua vez, delimitadoras das ações dos agentes, no tempo e no espaço.

Antonio Gramsci já havia indicado para a importância de se entender o “Estado” para além do aparelho do governo, mas também como aparelho “privado” de hegemonia. Segundo o autor, o Estado busca se legitimar por meio da conquista de parte dos interesses das classes que formam a sociedade civil e que são compostas por elementos institucionais e culturais. Forma-se, assim, uma superestrutura cujo papel principal é garantir a ideologia da estrutura, da classe dirigente, através da coesão que conforma os conflitos existentes contra os aparelhos do estado. Gramsci identificou o “Estado ampliado” como uma formação que abrange tanto o aparato estatal no sentido estrito, quanto as diversas organizações da sociedade civil. Além disso, aponta Jessop (2008, p. 117), “Gramsci’s analysis of strategy was objectively as well as metaphorically sensitive to temporality and spaciality”.

O marxista grego Nicos Poulantzas também argumenta em seus trabalhos que a sociedade é o local onde se decifra a unidade de formação do Estado e de sua burocracia e que, por isso, o poder do Estado é relacional. O autor trata a burocracia como uma forma de organização do aparato estatal, derivada do direito burguês atrelado ao modo de produção capitalista. A burocracia serve aos interesses da classe dominante, não em virtude da sua origem de classe, mas, porque realiza o papel objetivo desse Estado. De acordo com Jessop (2008, pp. 138-139), apesar de todas as críticas feitas à teoria de Poulantzas, em particular as que se referem às questões sobre ideologia e aquelas relativas à temas da economia política, sua abordagem relacional-estratégica acerca do Estado “facilitate advances in conventional ‘society-



centered' analyses as well as the newer 'state-centred' analyses."

O trabalho de pesquisa de Tatiana Berringer (2015) utiliza-se do arcabouço teórico conceitual de Nicos Poulantzas e identifica as frações de classe da burguesia interna brasileira, composta "pelo grande capital nacional, por empresas estatais e, ocasionalmente, por empresas multinacionais" de diversos setores, formaram um bloco de poder que com os seus interesses pautaram a posição do Estado brasileiro na estrutura internacional de poder durante os governos FHC e Lula. Segundo Berringer, essa burguesia "teria reivindicado o apoio multifacetado do Estado para se inserir no mercado mundial" (p.25). Ou seja, nas palavras de Berringer (2015, p.33) "...a liderança regional e o protagonismo do Estado brasileiro na década de 2000 são, portanto, requisitos políticos para uma postura mais condizente com os interesses de uma fração burguesa que disputa espaço com o capital imperialista." Desse modo, ao trazer as concepções de disputas entre frações de classe de Poulantzas para a análise da política externa brasileira, o trabalho de pesquisa de Tatiana Berringer aproxima-se da proposta contida nesta tese, qual seja, a de analisar as mudanças no equilíbrio de forças econômicas e seu impacto na política externa brasileira do governo Lula.

Avançando no debate marxista acerca da política externa brasileira, a investigar mudanças econômicas, políticas e ideacionais, pois essas permitem identificar a presença de condições passadas e futuras para alteração nos projetos de inserção internacional do país. Heuristicamente, a identificação dessas condições possibilita situar a análise dentro de uma sequência temporal necessária para compreensão da interação dialética entre agente e estrutura ao longo do tempo. Metodologicamente, concede a oportunidade de observação de diferentes elementos de mudanças simultâneas e circunstâncias nas dimensões da agência e da estrutura. Permite, ainda, que o trabalho não se atenha apenas às condições estruturais pré-existente, mas também em sua interação com os agentes estratégicos.

A presença de um novo projeto de política externa permite a identificação da mudança, mesmo que pequenas, nos elementos ideacionais e materiais. Para tanto, é necessário considerar os agentes membros da equipe do governo Lula, pois eles lideraram o processo de criação de uma nova imagem internacional do Brasil e do novo



papel pretendido para o país na arena global. Em seu discurso de posse como ministro das Relações Exteriores Celso Amorim afirma

Com a eleição do Presidente Lula, o povo brasileiro expressou de forma inequívoca o desejo de ver realizada uma profunda reforma política e social, dentro de um marco pacífico e democrático, com ampla participação popular na condução dos assuntos do Estado. Coerentemente com os anseios manifestados nas urnas, o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional. Uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo, e que esteja embasada nos mesmos princípios éticos, humanistas e de justiça social que estarão presentes em todas as ações do Governo Lula. Convoco todos os diplomatas e servidores do Ministério das Relações Exteriores a participarem ativamente deste grande projeto. A política externa não é só responsabilidade do Itamaraty, ou mesmo do Governo. Ela envolve a sociedade como um todo. Para definir o interesse nacional em cada situação concreta, reforçarei a coordenação com outros órgãos governamentais e com os diversos setores sociais - trabalhadores, empresários, intelectuais - e entidades da sociedade civil<sup>4</sup>.

Essas novas ideias acerca da política externa assumem papel importante não somente diante de atores tradicionais dentro do Itamaraty, mas também para outros atores sociais e políticos cada vez mais interessados nas relações internacionais do Brasil. A presença de um novo projeto político pode ser considerada de vital importância para a mudança na projeção internacional do país. Mas só a partir da chave relacional-estratégica é possível de fato compreender o impacto da ação dos agentes estratégicos e das estruturas seletivas do Estado brasileiro e do meio internacional na formulação e implementação de uma nova política externa no governo Lula.

Ademais, vale ressaltar a singularidade da presença do PT e de Lula, em particular, na Presidência da República, em um período no qual diversos governos progressistas assumem o poder na América Latina. Movimento denominado de onda rosa, fruto da insatisfação de políticas neoliberais que vinham sendo adotadas na região, cujas promessas não cumpridas frustraram expectativas de desenvolvimento econômico e de maior participação no comércio internacional em um cenário de globalização.

<sup>4</sup> Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores embaixador Celso Amorim, 2003. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7547-discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores>. Acesso em 05.05.2019.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a complexidade das relações internacionais no século XXI é importante que haja a formulação de variáveis analíticas da política internacional, da qual fazem parte as políticas externas. Especial importância deve ser dada, para as relações entre Estado e sociedade; entre economia e política; entre coerção e persuasão. Nesse sentido entende-se que a utilização do modelo estratégico-relacional (SRA) nos ajuda a entender a posição do Estado brasileiro em determinada conjuntura histórica pela relação estabelecida entre a estrutura capitalista do sistema e os seus agentes. Ou seja, muito mais do que associarmos as continuidades e discontinuidades da política externa brasileira à existência de uma burocracia própria com regras e normas que direcionam o exercício da diplomacia ou mesmo à conjuntura, a ideia é a se encontrar um novo caminho para se entender como operam as estratégias definidoras dos paradigmas de política externa brasileira dentro do aparato do Estado brasileiro e na sua relação social doméstica e internacional.

A escolha de análise da política externa brasileira do governo Luiz Inácio Lula da Silva, pela abordagem relacional-estratégica foi feita pelo desafio de se definir continuidades e discontinuidades entre a política externa estabelecida entre 2003-2010 e aquela que havia sido implementada no governo Fernando Henrique Cardoso entre 1995-2002. O caso da política externa brasileira representa um caso de coexistência entre modificações internas e internacionais, estrutura e agenciais e a presença de uma proposta concreta de mudança de um novo projeto de política externa. A continuidade histórica da política externa brasileira atribuída, em grande medida ao Ministério das Relações Exteriores, simultaneamente a mudanças econômicas, políticas e ideológicas, nos âmbitos doméstico e internacional, permite identificar a presença de condições passadas e futuras no que diz respeito ao processo de mudança. Heuristicamente, essas características permitem situar a análise empírica dentro de uma sequência temporal necessária para compreensão da interação dialética entre agente e estrutura ao longo do tempo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alden, C.; Aran, A. (2012). *Foreign Policy Analysis. New Approaches*. New York, Routledge.
- Allison, G. (2012 [1969]). "Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis", in: W. Carlsnaes e S. Guzzini, *Foreign Policy Analysis*, Vol.1, cap. 5. SAGE Publications.
- Almeida, P. (2007). "A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas". *Carta Internacional*, 2(1), p. 03-10. Disponível em: <http://www.usp.br/cartainternacional/modx/index.php?id=70>.
- Archer, M. (1995). *Realist Social Theory: a Morphogenetic Approach*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ardissone, C. (2014). *Propriedade intelectual e relações internacionais nos Governos FHC e Lula*. 1ª. Edição. Curitiba: Appris.
- Berringer, T. (2015). *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e LULA*. 1ª ed. Curitiba, Appris.
- Brighi, E. (2013). *Foreign policy, domestic politics and international relations. The case of Italy*. Oxon, New York: Routledge.
- Cason, J. W.; Power, T. J. (2009). "Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era". *International Political Science Review*, 30(2), pp. 117-140.
- Cervo, A. (2008a). *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.
- Dahl, R. (1973). (Ed.) "Regimes and oppositions". New Haven, CT: Yale University Press, 1973. DINIZ, Simone. O Senado Federal e a deliberação de atos internacionais no presidencialismo brasileiro. *RBCS*. 27 (80), pp. 169-258.
- Doyle, M. (1983). "Kant, liberal legacies, and foreign affairs". *Philosophy and public affairs*, 12(3), p. 205-235.
- Eun, Y. (2012). "Why and How Should We Go for a Multicausal Analysis in the Study of Foreign Policy? (Meta-) Theoretical Rationales and Methodological Rules". *Review of International Studies*, 38(4), pp. 763-783.
- Figueira, A. C. R. (2009). *Processo Decisório em Política Externa no Brasil*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas: Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Giddens, A. (1979). *Central Problems in Social Theory*. London: Macmillan.



Goldstein, J.; Keohane, R. (1993). "Ideas and Foreign Policy: an analytical framework", in: J. Goldstein e R. Keohane (eds.) *Ideas & foreign policy: beliefs, institutions, and political changes*. Ithaca-London, Cornell University Press.

Hay, C. (2001). *What place for ideas in the Structure-Agency debate? Globalisation as a 'Process without subject*.

\_\_\_\_\_. (2002). *Political Analysis*, Basingstoke: Palgrave.

Hernandez, M.; Bugiato, C. (2011). "Marxismo, Poulantzas e suas contribuições para o Campo de Relações Internacionais". *Revista de Estudos Internacionais* (REI), 2(2).

Hill, C. (2003). *The Changing Politics of Foreign Policy*. Londres, Palgrave Macmillan.

Hudson, V. (2005). "Foreign policy analysis: actor-specific theory and the ground of International Relations". *Foreign Policy Analysis*, Malden, MA, 1(1), p.1-21.

\_\_\_\_\_.; Vore, C. (1995). "Foreign Policy Analysis Yesterday, Today and Tomorrow". *Mershon International Studies Review*, 39(2), pp.209-238.

Jervis, R. (1976). *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Jessop, B. (1990). *State Theory. Putting the Capitalist State in its Place*. Cambridge: Polity Press.

\_\_\_\_\_. (2005). "Critical Realism and the Strategic-Relational Approach". *New formations*, 56, pp. 40-53

\_\_\_\_\_. (2007). "Estratégias de acumulação, formas estatais e projetos hegemônicos", in: *Revista Ideias*. Ano 14, (1/2).

\_\_\_\_\_. (2008). *State power: a strategic-relational approach*. Cambridge: Polity Press.

\_\_\_\_\_. (2016). *The state: past, present, future*. Cambridge: Polity Press.

Kaarbo, J. (2016). "Influencing Peace: Junior Partners in Israeli Coalition Cabinets". *Cooperation and Conflict*, 31(3), pp. 243–284. <https://doi.org/10.1177/0010836796031003001>

Kubalkova, V. (2015). (ed.). "Foreign policy in a constructed world". Routledge, 1015 LIMA, Maria Regina Soares. *Ejes Analíticos y Conflicto de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña*. América Latina/Internacional, 1(2).

Lima, M.; Hirst, M.; Pinheiro, L. (2010). *A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios*. Nueva Sociedad especial em português, pp. 22-41. ISSN: 0251-3552. Disponível em <[www.nuso.org](http://www.nuso.org)>.

\_\_\_\_\_.; Duarte, Rubens de S. (2013). 'Diplomacia presidencial e politização da política externa: Uma comparação dos governos FHC e Lula1". *Observador On-Line*, 8(9).





\_\_\_\_\_. (2018). “A agência da política externa brasileira: uma análise preliminar”, in: *Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008* / organizadores: Walter Antonio Desiderá Neto ... [et al.] ; prefácio de Rubens Barbosa. – Brasília: Ipea: Funag.

Mapa, D. (2010). *Revista Política Hoje*, 19(1), pp. 34-79.

Moravcsik, A. (1993). “Introduction: integrating international and domestic theories of international bargaining”, in: EVANS, P.; JACOBSON, H.K.; PUTNAM, R. (Ed.) *Double-edged diplomacy: international bargaining and domestic politics*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, pp.3-42.

Nery, T. (2015). *A Política Externa Brasileira e a Unasul: geopolítica e expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul*. Tese de Doutorado defendida no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Putnam, R. (1988). “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games”. *International Organization*, 42(3), pp. 427-460.

Pinheiro, L. (2004). *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_.; Milani, C. (2013). “A política Externa Brasileira: Os desafios de sua caracterização como política pública”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, 35(1), janeiro/junho, pp. 11-41.

Rose, G. (1998). “Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy”. *World Politics*, 51(1), pp. 144-172.

Rosenau, J. (1979). “Pre-theories and theories of foreign policy”, in: ROSENAU, J. *The scientific study of foreign policy*. Londres: F.Pinter, p.115-136; 167-169.

Vigevani, T.; Cepaluni, G. (2011). *A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora UNESP.

Vizentini, P. (2005). “De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005)”. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 5(2), pp. 381-397. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9/1602>.

Waltz, K. (196). “International politics is not foreign policy”. *Security Studies*, 6(1), p.54-57.

\_\_\_\_\_. (2001). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Editora Gradiva.

Wendt, A. (1992). “Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics”. *International Organization*, 46(2), pp. 391-425.

\_\_\_\_\_. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.



Zehfuss, M. (2001). "Constructivism in International Relations: Wendt, Onuf, and Kratochwil", in: Karin Fierke e Knud Erik Jorgensen (eds), *Constructing International Relations. The Next Generation*, M.E. Sharpe, New York/London, p. 54-75.

